



**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 5º PERÍODO DA 19ª LEGISLATURA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 26 de abril de 2023, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin, e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Participaram os vereadores: Adhemar Alves de Freitas Júnior, Antônio Silva Pimentel, Aurélio Gomes da Silva, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Flamarion de Oliveira Amaral, Francisco Messias da Silva, Francisco Rodrigues da Costa, Jhony dos Santos Silva, João Francisco Silva, Manoel Conceição de Almeida, Marcio René Gomes de Sousa, Ricardo Seidel Guimarães, Roberto de Sousa Silva, Rogério Lima Avelino, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão, Zesiel Ribeiro da Silva e o presidente Amauri Alberto Pereira de Sousa. Ausente: Cláudia Fernandes Batista. Verificado quórum regimental, o vereador Adhemar Alves de Freitas Junior procedeu à leitura dos versículos de 1 a 5 do capítulo 119 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Ante a ausência da primeira-secretária, Cláudia Fernandes Batista, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, solicitara ao segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, que assumisse os trabalhos da Secretaria. Instantes depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, declarou aberta a 28ª Sessão Ordinária do 5º Período da 19ª Legislatura e autorizou o segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que os vereadores Adhemar Alves de Freitas Junior e Zesiel Ribeiro da Silva solicitaram dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o presidente submeteu a votação o referido documento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, anunciou a realização de Tribuna Popular em que se manifestariam o secretário municipal de Governo e Projetos Estratégicos, Eduardo Soares Sousa, o presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, Erisson Alan Sousa Lindoso, o vice-presidente da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, padre Elisvaldo Cardoso da Silva, para tratar de proposta de atualização e implementação do Conselho e do Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas. Neste ínterim, o vereador Roberto de Sousa Silva cumprimentou os convidados à Tribuna Popular pelo empenho na elaboração de nova lei de combate às drogas que viesse atender aos anseios da população de Imperatriz e do Estado do Maranhão e manifestou alegria em receber, no Parlamento, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. Ao se dirigir à Tribuna [Vereador Freitas Filho], o secretário municipal de Governo e Projetos Estratégicos, Eduardo Soares Sousa, destacou o empenho da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado pela melhoria da atenção à problemática da dependência química, sobressaindo a assistência prestada por equipe multidisciplinar do CAPS [Centro de Atenção





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Psicossocial], pela Federação Nacional das Comunidades Terapêuticas e pelo Centro Pop. Em seguida, o secretário municipal de Governo e Projetos Estratégicos, Eduardo Soares Sousa, destacou instituições religiosas que prestavam atendimento a muitas das pessoas que sofriam com a dependência química, de forma que as comunidades terapêuticas deveriam ser assistidas por todos os entes de Federação, visto que prestavam um relevante serviço à sociedade. Nesse ínterim, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, declarou que a Câmara Municipal de Imperatriz se colocava à disposição para receber e colocar em tramitação o projeto de lei que criaria o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas. Ao fazer uso da Tribuna, o presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, Erisson Sousa Lindoso, relatou a experiência positiva que vivera na cidade, quando, na condição de dependente químico e morador de rua, fora resgatado por meio do Projeto Resgate e da assistência dos órgãos públicos municipais da área social, de forma que era com orgulho que agora, como presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, participara da proposição, por meio do vereador Roberto de Sousa Silva, de minuta de projeto de lei sobre a criação do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas. A seguir, o presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, Erisson Alan Sousa Lindoso, convidou a todos a participarem, às 14h daquele dia 26, no Centro de Convenções, do Fórum Municipal de Política sobre Drogas, quando seriam escolhidos novos integrantes do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. Nesta oportunidade, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, registrou a presença, na extensão da mesa, da representante do deputado federal Josivaldo JP [Josivaldo Santos Melo], Célia Franco, do representante da Federação Nacional de Comunidades Terapêuticas, pastor Elivaldo Gonçalves, do representante da Comunidade Terapêutica Projeto Resgate, Daniel Gonçalves dos Santos, do secretário municipal de Governo e Projetos Estratégicos, Eduardo Soares Sousa, da diretora da secretaria municipal de Governo e Projetos Estratégicos, de Eva Mesquita, da representante do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, Rosanira Cutrim, do representante da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, do padre Elisvaldo Cardoso da Silva, do representante da Comunidade Terapêutica Casa do Pai, Gildemar Fernandes, do presidente da Comunidade Terapêutica Casa do Filho Pródigo, Jonas Noletto da Silva, da coordenadora do Projeto Missão Criança, Edna Rego, e do representante do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, Erisson Alan Sousa Lindoso. Ao se pronunciar da Tribuna, o vice-presidente da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, padre Elisvaldo Cardoso da Silva, declarou que era impossível não se sensibilizar com a condição de seres humanos que, dependentes químicos, perambulavam pelas ruas, a propósito do que frisou que o cristão não poderia se omitir ante tal situação, após o que advertiu para a gravidade da drogadição, que era enfermidade crônica e progressiva que exercia preocupantes reflexos também sobre a família e a população. Ante a ausência temporária do presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, o primeiro vice-presidente, Zesiel Ribeiro da





**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Silva, assumiu a direção dos trabalhos. Ao se manifestar da Tribuna, o representante da Federação Nacional das Comunidades Terapêuticas, pastor Erivaldo Gonçalves, alertou para a dimensão epidêmica da dependência química, a propósito do que discorreu sobre o trabalho desenvolvido pelas comunidades terapêuticas, cuja maior conquista fora a Lei Federal Nº 13.840/2019, que regulamentava a atuação dessas instituições. Nesta ocasião, o representante da Federação Nacional das Comunidades Terapêuticas, pastor Erivaldo Gonçalves, advertiu para as implicações familiares e criminais do consumo de álcool e drogas, após o que teceu considerações sobre a evolução das políticas do Governo Federal na área da prevenção ao consumo de drogas, momento em que ressaltou a importância da criação do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas. Ao se dirigir à Tribuna, o vereador Ricardo Seidel Guimarães cumprimentou os convidados à Tribuna Popular pelo trabalho desenvolvido em prol da recuperação de dependentes químicos, após o que contou que seu interesse pela causa do combate às drogas se devia ao fato de que perdera o próprio pai por consequência do envolvimento deste com o mundo das drogas. Em seguida, o edil Ricardo Seidel Guimarães lembrou que exercera trabalho voluntário na construção da primeira comunidade terapêutica de Imperatriz, o que atribuiu à convicção de que essas entidades prestariam significativa contribuição à recuperação de pais e filhos drogadictos e sua devolução às famílias. Nesse ínterim, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, reassumiu a presidência dos Trabalhos. Ao fazer uso da palavra, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz relatou a longa relação que mantinha através dos anos com os criadores de centros terapêuticos do Município, a propósito do que lembrou que tivera irmão dependente químico, momento em que enfatizou a relevância da assistência prestada também pela Igreja Católica e igrejas evangélicas ao drogadictos. Nesta ocasião, o edil Roberto de Sousa Silva agradeceu aos convidados à Tribuna Popular e afirmou estar certo de que a nova lei a ser sancionada no Município representaria significativa contribuição à causa do combate às drogas. Na sequência, também externaram solidariedade à causa do combate às drogas os vereadores Marcio Renê Gomes de Sousa, João Francisco Silva e Wanderson Manchinha Silva Carvalho, que se reportou a caso de primo dependente químico cuja família vinha sofrendo forte impacto negativo. Ao se pronunciar, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, parabenizou o colega Roberto de Sousa Silva pela proposição da Tribuna Popular, assim como o colega Ricardo Seidel Guimarães pela duradoura contribuição à causa da recuperação de dependentes químicos, a propósito do que lamentou que os seres humanos em maior parte estivessem sempre a apontar o dedo para alguém, enquanto em verdade deveriam se voltar para si mesmos, após o que assinalou a elevada relevância dos projetos desenvolvidos pelas comunidades terapêuticas, momento em que manifestou a intenção de bem acolher o projeto de lei a ser enviado à Casa pelo Poder Executivo sobre a criação do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas. Em nova intervenção, o vereador Roberto de Sousa Silva justificou a ausência do deputado federal Josivaldo JP [Josivaldo dos Santos Melo],





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

que vinha prestando efetiva contribuição às comunidades terapêuticas, cujos integrantes cumprimentou. Ao voltar a se pronunciar da Tribuna, o presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, Erisson Alan Sousa Lindoso, sugeriu a criação, pela Câmara Municipal, de Frente Parlamentar de Combate às Drogas, a ser composta por vereadores, membros desse Conselho e membros das comunidades terapêuticas. A seguir, o presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, Erisson Alan Sousa Lindoso, sugeriu também a criação de Coordenação Municipal de Políticas sobre Drogas e propôs o encaminhamento de projeto de lei ao Executivo de regulamentação das políticas de combate às drogas. Logo depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, agradeceu a todos os que haviam participado da Tribuna Popular. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, autorizou o segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, que constava do Ofício Nº 023/2023, do dia 25 passado, do coordenador da Nova Liga de Futebol Amador de Imperatriz e Região Tocantina, Raimundo da Silva Ferreira, que convidava a participar, no próximo dia 30, às 17h45min, no Estádio Frei Epifânio da Badia, de cerimônia de encerramento da VII Copa do Trabalhador de Futebol Society; e do Ofício Nº 065/2023/CMI/DCP, de 26 de abril, do coordenador do Departamento das Comissões, Hugo Laranjeira Ferro, que comunicava a realização, no dia seguinte, às 9h30min, de Audiência Pública sobre a Implantação da Universidade Federal do Sudoeste Maranhense - UFMASUL. Neste ínterim, o vereador Francisco Rodrigues da Costa contou que havia sido distribuído na cidade, no dia anterior, panfleto que tentava denegrir a imagem dos edis, ao afirmar que havia a intenção de aprovação pela Câmara Municipal, mediante o pagamento de propina, de proposta do prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos] da contratação de empréstimo pela Prefeitura. A esse respeito, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, comunicou que não havia na Casa nenhum projeto relativo à contratação de empréstimo pela Prefeitura. Logo depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, autorizou o segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação, discussão e votação de nove Indicações: Nº 223/2023, de autoria do vereador Zesiel Ribeiro da Silva, ao governador Carlos Orleans Brandão Junior e ao secretário de estado de Saúde, Tiago José Mendes Fernandes, da firmação de parceria com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com o objetivo de ampliar o atendimento especializado a crianças e adolescentes com comprometimento do neurodesenvolvimento e psicomotor. Nº 224/2023, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da recuperação asfáltica do trecho da Rua João Lisboa compreendido entre a Av. Caiçara e a Rua Dois Irmãos, na Vila Redenção I; Nº 225/2023, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao governador Carlos Orleans Brandão Junior e à secretária estadual das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Joslene Rodrigues, da





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

doação, através do Programa de Regularização Fundiária, de títulos definitivos de terrenos e casas aos moradores do Parque Anhanguera; Nº 226/2023, de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da instalação de rede de iluminação pública com lâmpadas de LED nos postes da Rua Bom Jesus, na Vila Palmares; Nº 227/2023, de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, ao senador Weverton Rocha Marques de Sousa, ao deputado federal Cleber Verde Cordeiro Mendes, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da pavimentação asfáltica da Rua Porto Franco, na Vila Cafeteira; Nº 228/2023, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, e ao secretário municipal de Educação, José Antonio Silva Pereira, da reforma e ampliação da Creche Municipal Antonia Glaucimeire, na Vila Macedo; Nº 229/2023, de autoria do vereador Ricardo Seidel Guimarães, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da restauração asfáltica do trecho da Rua Dom Pedro II compreendido entre as Ruas 9 e Ubirajara, no Parque Buriti. (Ressalve-se que fora aprovada a Indicação Nº 39, em 10.02.2022, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, com o mesmo pedido); Nº 230/2023, de autoria da vereadora Claudia Fernandes Batista, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, da pavimentação asfáltica do trecho da Rua B compreendido entre as Ruas Santa Rita e E, no Parque Tocantins; Nº 231/2023, de autoria do vereador Adhemar Alves de Freitas Junior, à coordenadora do Procon [Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor], Márcia Ribeiro Lima Lacerda, da fiscalização e orientação do cumprimento da Lei Nº 13.146/2015, que versa sobre a inclusão da pessoa com deficiência, tendo como foco as escolas da rede privada de ensino. Neste ínterim, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva propôs a inversão da ordem entre as fases do Expediente da Casa e da Ordem do Dia, proposta que o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação, quando foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, anunciou a Ordem do Dia, que constava de única discussão e votação dos Projetos de Decreto Legislativo: Nº 2/2023, de autoria do vereador Francisco Rodrigues da Costa, que "Outorga o Título de Cidadã Imperatrizense à Srª Radige Rodrigues Barbosa"; Nº 6/2023, de autoria do vereador Manoel Conceição de Almeida, que "Outorga o Título de Cidadão Imperatrizense ao Sr. Alexandre Martins Xavier"; e Nº 7/2023, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, que "Outorga o Título de Cidadã Imperatrizense à Srª Maria da Conceição Lima do Nascimento". Em seguida, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, autorizou o segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, que





**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

incluíam Pareceres Verbais (nos termos do artigo 108 do Regimento Interno) das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Educação, Cultura, Lazer e Turismo, favoráveis às referidas matérias. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a única discussão o Projeto de Decreto Legislativo Nº 2/2023, de autoria do vereador Francisco Rodrigues da Costa, que argumentou que a advogada Radige Rodrigues Barbosa era merecedora da honraria pelos relevantes serviços prestados à cidade de Imperatriz como advogada, delegada e líder comunitária. Como ninguém mais se pronunciou, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a única votação nominal o Projeto de Decreto Legislativo Nº 2/2023 que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes, na seguinte ordem: João Francisco Silva, Antônio Silva Pimentel, Ricardo Seidel Guimarães, Flamarion de Oliveira Amaral, Manoel Conceição de Almeida, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Francisco Messias da Silva, Rogério Lima Avelino, Jhony dos Santos Silva, Whelberson Lima Brandão, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Zesiel Ribeiro da Silva, Francisco Rodrigues da Costa e Amauri Alberto Pereira de Sousa. Logo após, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a única discussão o Projeto de Decreto Legislativo Nº 6/2023, de autoria do vereador Manoel Conceição de Almeida, que frisou que o médico Alexander Martins Xavier era pouco conhecido na cidade, uma vez que era avesso às luzes dos holofotes, mas era merecedor do Título de Cidadão Imperatrizense pela contribuição a causas sociais, a propósito do que lembrou que fora o referido médico um dos idealizadores da ação de combate à pandemia de covid-19 que envolvia a Unimed [Cooperativa de Serviços de Saúde] e a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz - ACII na instalação e funcionamento de hospital de campanha no Centro de Convenções de Imperatriz. Como ninguém mais se pronunciou, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a única votação nominal o Projeto de Decreto Legislativo Nº 6/2023, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes na seguinte ordem: João Francisco Silva, Francisco Rodrigues da Costa, Antonio Silva Pimentel, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Ricardo Seidel Guimarães, Flamarion de Oliveira Amaral, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Jhony dos Santos Silva, Whelberson Lima Brandão, Francisco Messias da Silva, Rogério Lima Avelino, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Rubem Lopes Lima, Zesiel Ribeiro da Silva, Manoel Conceição de Almeida e Amauri Alberto Pereira de Sousa. Instantes depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a única discussão o Projeto de Decreto Legislativo Nº 7/2023, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, que enfatizou que a professora Maria da Conceição Lima do Nascimento era educadora com vinte e cinco anos de destacada dedicação ao magistério no sistema municipal de ensino, de forma que considerava justo homenageá-la com o Título de Cidadã Imperatrizense. Como ninguém mais se pronunciou, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a única votação nominal o Projeto de Decreto Legislativo Nº 7/2023, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes na seguinte ordem: Carlos Hermes





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Ferreira da Cruz, João Francisco Silva, Antonio Silva Pimentel, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Ricardo Seidel Guimarães, Flamarion de Oliveira Amaral, Manoel Conceição de Almeida, Rogério Lima Avelino, Whelberson Lima Brandão, Jhony dos Santos Silva, Francisco Rodrigues da Costa, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Rubem Lopes Lima, Zesiel Ribeiro da Silva, Francisco Messias da Silva e Amauri Alberto Pereira de Sousa. Neste ínterim, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, comunicou que, em virtude da necessidade de se submeter a procedimento médico, a vereadora Cláudia Fernandes Batista solicitara que fosse apreciada em primeiro lugar a Indicação [Nº 222/203] de sua autoria, a propósito do que o edil Ricardo Seidel Guimarães sugeriu que as Indicações em Pauta no Expediente da Casa fossem submetidas a apreciação em bloco, proposta que o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação, quando foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Ato contínuo, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a discussão, em bloco, as Indicações constantes do Expediente da Casa, ocasião em que, como ninguém se pronunciou, submeteu-as a votação, quando foram aprovadas pela unanimidade dos vereadores participantes. Instantes depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando nenhum dos participantes se inscreveu. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção e José Ribamar Silva de Sousa, secretários *ad hoc*, lavraram a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 26 de abril de 2023.

**Amauri Alberto Pereira de Sousa**  
Presidente

**Zesiel Ribeiro da Silva**  
Primeiro vice-presidente

**Rubem Lopes Lima**  
Segundo vice-presidente

**Cláudia Fernandes Batista**  
Primeira-secretária

**Wanderson Manchinha Silva Carvalho**  
Segundo-secretário